

ENTREVISTA RJIES

1 Doze anos depois de promulgada a Lei 67/2017, está por fazer a imperiosa avaliação ao Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior. Não deixa de ser paradoxal que esteja em incumprimento um Regime que na sua titulação se designa como “jurídico”. Inércia, simplesmente, ou falta de coragem para enfrentar as necessárias mudanças? Que lhe parece?

A falta de avaliação da aplicação da lei, mesmo que prevista no próprio diploma, não é uma situação específica do RJIES. É um defeito cultural português ignorar ou esquecer o que se escreveu nas leis sobre a sua revisão ou avaliação. A Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República solicitou ao Conselho Nacional de Educação um parecer sobre a aplicação do RJIES. O parecer foi aprovado no passado dia 18 de junho.

2 O RJIES alterou o paradigma de funcionamento das instituições. Do ponto de vista organizacional, as mudanças são notórias. Podem as Instituições do Ensino Superior, ensinar a pensar a democracia, com sistemas de governação e de eleição interna com reduzida taxa de representatividade, como aquela que decorre do estabelecido no RJIES?

Dadas as questões colocadas, suponho que se referem às IES públicas. As IES são atualmente instituições híbridas, com objetivos contraditórios com implicações na sua organização interna: as atividades académicas, essencialmente ligadas a uma organi-

zação *bottom-up*, e a resposta à execução de projetos e prestação de serviços, com exigências de execução e prazos, tornada essencial para assegurar a sustentabilidade financeira, associada a uma organização *top-down*. O desafio é encontrar formas de organização que traduzam um equilíbrio entre estes objetivos. O RJIES veio reforçar o papel do segundo objetivo.

Suponho que a referência a “reduzida taxa de representatividade” seja relativa ao Conselho Geral das IES públicas. Se é esse o caso, penso que há muito que pode ser feito, muito mais do que tem sido feito, com o atual RJIES, independentemente de pensar que há alterações que poderiam melhorar o equilíbrio.

3 Considera que o Conselho Geral está dotado dum quadro de competências e de intervenção à altura do papel que vê ser-lhe consignado pelo RJIES?

No essencial, penso que as competências do Conselho Geral das IES públicas são adequadas ao papel que é suposto ter.

4 Como tem sido a sua experiência enquanto Presidente dum Conselho Geral?

A minha experiência tem sido positiva. As divergências de opinião existem, mas sem que sejam impeditivas de uma convivência democrática no órgão e discutir a estratégia da instituição.



PEDRO LOURTIE*

Licenciado pelo IST e Ph.D. pela Universidade de Manchester. Foi Professor do IST, aposentado desde 2013.

Cabo Verde: Coordenador da Equipa Multidisciplinar para apoio à criação da Universidade pública (2004/06); consultor do Governo para o Ensino Superior (2008/15). Angola: colaborou na elaboração da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (2010) e no Plano Nacional de Formação de Quadros (2012).

Europa: participou na elaboração da Declaração de Bolonha (1999) e produziu o relatório à Conferência Ministerial de Praga (2001).

Portugal: foi Presidente da Direção do SNESup (1990/96), Diretor-Geral do Ensino Superior (1996/2000) e Secretário de Estado do Ensino Superior (2001/02).

5 Há um antes e um pós-RJIES. Em termos práticos, elevou-se a qualidade do Ensino Superior?

O juízo sobre a qualidade depende dos objetivos que se consideram ou da perspetiva de observação. Globalmente considero que o Ensino Superior está, em muitos aspetos, melhor hoje do que estava em 2007. Mas são múltiplos os fatores que condicionaram a evolução, uns positivamente e outros negativamente. O RJIES terá

contribuído para a capacidade executiva das IES públicas.

O papel das IES na sociedade tem mudado, já não sendo aceitável uma instituição fechada sobre si própria e já não basta que, para além da formação e da investigação, esteja ao serviço do desenvolvimento económico. Enfrentamos hoje grandes desafios sociais, dos extremismos às alterações climáticas, para os quais as IES têm de ajudar a encontrar respostas no quadro da sua responsabilidade social.

6

Que dinâmicas políticas (europeias, nacionais e locais) poderão ser implementadas no sentido de, também, o Ensino Superior, ser considerado um mecanismo de coesão territorial, quer no que diz respeito à afirmação das instituições, quer como ferramenta de inovação, atracção de recursos humanos especializados e pólo de desenvolvimento económico?

A coesão territorial requer a criação de dinâmicas regionais/locais em que se criem círculos virtuosos de desenvolvimento. Para tal, é necessário que as organizações existentes em cada região canalizem os seus esforços em direções convergentes, requerendo um entendimento entre os vários atores, que pode ser corporizado em plataformas de desenvolvimento regional, nas quais as IES contribuam com a produção e apropriação do conhecimento necessário aos vetores de desenvolvimento identificados em conjunto.

7

Como se pode racionalizar a rede em termos de territórios educativos diferenciados, promovendo o desenvolvimento do Ensino Superior?

A racionalização da rede passa por adequar as IES às características e

necessidades das regiões em que se inserem e à capacidade de estabelecer parcerias regionais ou temáticas, nacionais ou internacionais, numa perspectiva de *coopetição*.

9

Do ponto de vista económico, o regime fundacional parece-lhe uma boa aposta ou reverteria a sua implementação?

O regime fundacional foi uma fuga para a frente por se não ter conseguido ou querido ter um regime de autonomia mais alargada das IES públicas. O que faz sentido é estabelecer um regime de autonomia reforçada, eventualmente com variantes consoante a capacidade demonstrada por cada instituição.

8

Quando recebemos diariamente denúncias sobre a precariedade de docentes e investigadores, quando vemos carreiras estagnadas por falta de provisão financeira ou de uma visão lúcida sobre os desígnios do Ensino Superior, parece-nos uma miragem a afirmação de que “As instituições de ensino superior valorizam a actividade dos seus investigadores, docentes e funcionários”.

Acha que perdemos a capacidade de reivindicar? O que nos faz falta?

Passámos por um período de crise em que o melhor que se podia esperar era não perder muitos direitos. Estamos num processo de recuperação em que a velocidade não é a que esperávamos, desejávamos ou fomos levados a crer. No que se refere às IES públicas, o nível de financiamento não é hoje o aceitável. Mas esta não é a realidade apenas do ensino superior, pelo que conseguir mais verbas para o Ensino Superior entra em concorrência com muitos outros setores e carreiras,

alguns com maior impacto imediato na sociedade.

Com as limitações orçamentais, a capacidade de manobra das instituições tem limitações. Para conseguir o reforço do financiamento, na medida em que haja maior disponibilidade orçamental, é importante demonstrar a importância social e económica das IES.

10

O RJIES veio potenciar um conjunto de medidas e intenções. O que acha que está por concretizar?

11

Perante a avaliação que faz do RJIES, o que deveremos mudar ou manter?

Creio que a avaliação do RJIES deve ser feita de forma profissional. Do que conheço, a sua aplicação tem funcionado de forma diferente consoante as IES. Em minha opinião, dois dos aspetos que globalmente merecem uma atenção particular, no que se refere às IES públicas, é a autonomia, incluindo o regime fundacional, e os órgãos de governo, no que se refere ao equilíbrio entre os diversos objetivos institucionais, incluindo a eleição do Reitor ou do Presidente.

12

Algo que gostasse ainda de acrescentar...?

Mudar o RJIES não deve ser feito sem uma avaliação prévia das condições da sua aplicação e de discussões sobre as alternativas, sem deitar tudo fora e começar como se não houvesse experiência, ao contrário do que é tantas vezes feito. •